

Suspensão de liminar – Instrumento político ou jurídico?

Marco Aurélio Ventura Peixoto

Advogado da União. Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social. Especialista em Direito Público pela UnB. Mestre em Direito Público pela UFPE. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Sócio-Fundador da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo (ANNEP). Professor Honorário da Escola Superior de Advocacia Ruy Antunes (ESA-OAB/PE). Professor de Direito Processual Civil da Faculdade Marista do Recife e da Faculdade Estácio do Recife.

Resumo: O presente trabalho tem por objeto o instituto da suspensão de liminar, da tutela antecipada e de segurança e as polêmicas que dele decorrem. Desenvolve-se um estudo, a partir do contexto histórico, de sua natureza jurídica, legitimidade, requisitos, competência, efeitos e outros aspectos referentes ao seu procedimento, procedendo-se inclusive à análise da constitucionalidade e dos riscos de uso político do instrumento.

Palavras-chave: Suspensão. Liminar. Tutela antecipada. Segurança.

Sumário: 1 Introdução – 2 Contextualização histórica e previsões legais – 3 Natureza jurídica – 4 Legitimidade e competência – 5 Requisitos para a utilização do instituto – 6 A discutível possibilidade de utilização concomitante da suspensão e do agravo – 7 Efeitos da decisão que defere a suspensão – 8 O agravo interno/regimental como via recursal – 9 A possibilidade de renovação do pedido junto às instâncias superiores – 10 Suspensão coletiva – 11 Questionamentos quanto à constitucionalidade e o perigo do uso político – 12 Conclusão – Referências

1 Introdução

Muitas críticas já foram lidas e ouvidas às prerrogativas processuais que são estabelecidas na Constituição Federal ou na legislação infraconstitucional à atuação em juízo da Fazenda Pública e do Ministério Público. Sempre que o tema é discutido, logo se fala dos prazos diferenciados, visto por muitos como violador da isonomia processual, ou mesmo do pagamento dos débitos judiciais dos entes públicos pela via dos precatórios.

A temática objeto do presente estudo, não obstante não revele tanto debate quanto os prazos ou os precatórios, insere-se dentre essas prerrogativas. A figura da suspensão de liminar, de tutela antecipada ou de segurança, apesar de não representar experiência recente no ordenamento jurídico brasileiro, até hoje desperta a ira daqueles que se encontram litigando em campo oposto ao da Fazenda Pública ou do Ministério Público.

Buscar-se-á, para tanto, analisar os principais aspectos atinentes ao instituto da suspensão, a partir da contextualização histórica e de suas previsões legais, passando pela natureza jurídica, estudo da legitimidade, requisitos, competência, efeitos e demais aspectos procedimentais, bem como as discussões afetas à constitucionalidade e ao uso político do pedido de suspensão.

2 Contextualização histórica e previsões legais

Antes de serem estudados os aspectos práticos e procedimentais do instituto da suspensão de liminar, faz-se relevante proceder a uma contextualização histórica, a fim de identificar como se deu a introdução de tal figura na ordem jurídica pátria.

Nos dizeres de Araken de Assis, a suspensão surgiu inicialmente com o objetivo de suprir a ausência de um recurso hábil contra as liminares eventualmente concedidas nos mandados de segurança, vindo a se generalizar posteriormente.¹

Tal instituto, cuja finalidade essencial é a de sustar a eficácia de decisão proferida contra o Poder Público, ficou tradicionalmente conhecida pelo nome de Suspensão de Segurança, e referida nomenclatura restou legitimada exatamente pelo fato de que o surgimento dessa figura impugnativa se deu com o advento do primeiro diploma infraconstitucional a regular o procedimento do Mandado de Segurança, no longínquo ano de 1936.²

Como dito, o primeiro registro da suspensão no ordenamento pátrio adveio com a Lei nº 191, de 16 de janeiro de 1936, a qual previu no art. 13 que caberia ao Presidente da Corte Suprema — se fosse ato da Justiça Federal —, ou da Corte de Apelação — se o ato fosse da Justiça Ordinária —, a requerimento da pessoa jurídica de direito público interessada, manter a execução da liminar ou da sentença concessiva de segurança, para evitar lesão grave à ordem, à saúde ou à segurança pública. Desde aqueles tempos, a suspensão não representava o único instrumento capaz de combater a decisão concessiva de liminar ou da segurança, já que havia — e existe até hoje — o agravo e a apelação.

¹ ASSIS. *Manual dos recursos*, p. 902.

² KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1047.

Nascia assim a suspensão como uma nova via impugnativa, portadora de requisitos e finalidade distintos dos recursos, já que o intuito não era o de obter para o Poder Público a reforma ou a anulação da decisão judicial, mas tão somente suspender a sua eficácia. Visava-se apenas impedir o potencial lesivo da decisão judicial.³

Não foi longa a vigência da Lei nº 191/36, tendo em conta que o art. 328 do já revogado Código de Processo Civil de 1939, ao regular o mandado de segurança, apresentou similar regra em relação ao instituto da suspensão.

Mais adiante, com o surgimento de uma nova Constituição (1946), e diante do restabelecimento do mandado de segurança como garantia lá contida, foi editada a Lei nº 1.533/1951, que regeu tal remédio constitucional por quase sessenta anos. Em tal norma infraconstitucional, por incrível que pareça, a redação era pior, se comparada com os diplomas de 1936 e 1939, já que não se estabelecera, por exemplo, os requisitos de utilização da suspensão. Prevvia-se tão somente, no art. 13, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos ou do Tribunal de Justiça poderiam ordenar ao juiz a suspensão da execução da sentença, cabendo dessa decisão agravo de petição ao Tribunal. Restava a discussão, àquela altura, se a omissão teria sido ou não proposital, como bem ressalta Marcelo Abella Rodrigues.⁴

Alguns anos após, já em 1964, com a edição da Lei nº 4.348, o tal art. 13 foi revogado pelo art. 4º da nova Lei, que estabeleceu que, quando a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal, ao qual coubesse o conhecimento do recurso, poderia suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar e da sentença, cabendo agravo dessa decisão em dez dias, sem efeito suspensivo.

Como se depreende, não apenas foram previstos novamente os requisitos que haviam sido ignorados pela Lei de 1951, como também se ampliou o elenco que havia sido inicialmente indicado pela Lei de 1936, já que se incluiu a possibilidade de lesão à economia pública.

³ KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1048.

⁴ RODRIGUES. *Suspensão de segurança*, p. 80.

A Lei nº 8.038/1990, que instituiu normas procedimentais para os processos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, apresentou previsão, no seu art. 25, de que o Presidente do STJ, mediante requerimento do Procurador-Geral da República ou de pessoa jurídica de direito público, poderia suspender a execução de liminar ou de segurança que tivessem sido proferidas pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados. Revelou-se aí um embrião da possibilidade de utilização do instituto pelo Ministério Público.

Por seu turno, já em 1992, com a Lei nº 8.437, estendeu-se claramente a legitimidade ativa, antes restrita aos entes componentes da Fazenda Pública, aos demais órgãos do Ministério Público, não obstante a diminuta eficácia prática, dada a raríssima utilização por este órgão. Cumpre transcrever o disposto no art. 4º dessa Lei, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.180-35/2001:

Art. 4º Compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

§1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de ação cautelar inominada, no processo de ação popular e na ação civil pública, enquanto não transitada em julgado.

§2º O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.

3º Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§4º Se do julgamento do agravo de que trata o §3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o §4º, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§6º A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§7º O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

§9º A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

Recentemente, já no ano de 2009, veio a ser editada a Lei nº 12.016, que passou a reger o mandado de segurança individual e coletivo, e que revogou integralmente as Leis nºs 1.533/51 e 4.348/64. Manteve-se, no entanto, prevista a figura da suspensão de liminar e da execução da sentença, conforme o disposto no art. 15, abaixo transcrito:

Art. 15. Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.

§1º Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput deste artigo, caberá novo pedido de suspensão ao presidente do tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§2º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o §1º deste artigo, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§3º A interposição de agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o poder público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§4º O presidente do tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§5º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o presidente do tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

Se a origem do instituto remete, segundo verificado, ao remédio do mandado de segurança, aos poucos a suspensão foi sendo incluída em outros procedimentos, sempre no intuito de proteger a Fazenda Pública diante de decisões contrárias e lesivas.

Segundo bem analisa Leonardo Carneiro da Cunha, o pedido de suspensão atualmente cabe em todas as hipóteses em que se concede provimento de urgência contra a Fazenda Pública ou quando a sentença contém efeitos imediato, por ser impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo, podendo se dizer que há a suspensão de liminar, a suspensão de segurança, a suspensão de sentença, a suspensão de acórdão, a suspensão de cautelar, a suspensão de tutela antecipada e assim por diante.⁵

Resumidamente, como apontam Rodrigo Klippel e Antonio Adonias Bastos, encontra-se a suspensão, presentemente, no procedimento do Mandado de Segurança (art. 15 da Lei nº 12.016/2009 e art. 25 da Lei nº 8.038/90), da Ação Popular (art. 4º da Lei nº 8.437/92), da Ação Civil Pública (art. 12, §1º, da Lei nº 7.437/85, e art. 4º da Lei nº 8.437/92), da Ação Cautelar (art. 4º da Lei nº 8.437/92), da Tutela Antecipada (art. 4º da Lei nº 8.437/92 e art. 1º da Lei nº 9.494/97), e do *Habeas Data* (art. 4º da Lei nº 8.437/92 e art. 16 da Lei nº 9.507/97).⁶

Como se depreende, apesar da existência de previsões específicas para a suspensão, como verificado, por exemplo, nas leis que regem o mandado de segurança, o *habeas data* e a ação civil pública, o art. 4º da Lei nº 8.437/92 é norma de caráter genérico aplicável à maioria dos casos, desde que não haja conflito com tais normas específicas.

3 Natureza jurídica

No estudo da suspensão, um dos aspectos que mais desperta polêmica reside na identificação de sua natureza jurídica, havendo quem defenda que é recurso, outros que sustentam ser sucedâneo recursal, outros que defendem ser ato administrativo e outros que sustentam ser incidente processual.

Para alguns, como ocorre com Araken de Assis, resta evidente a colocação da suspensão como sucedâneo recursal, tendo em conta que há o reexame dos pressupostos de concessão de liminar e do acolhimento do pedido pela sentença de quaisquer ações movidas contra o Poder Público.

⁵ CUNHA. *A Fazenda Pública em juízo*, p. 404.

⁶ KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1050.

Para ele, o instituto evoluiu no sentido de se sobrepor aos recursos de apelação e de agravo, assumindo, de vez, funções recursais.⁷

Consoante leciona José Henrique Mouta, por várias razões o pedido de suspensão não pode ser caracterizado como recurso. Em primeiro lugar, porque falta previsão legal envolvendo prazo, preparo e distribuição. Em segundo, porque o seu móvel inicial não é o de reformar ou anular a decisão. Em terceiro, porque a legitimidade é tão somente da pessoa jurídica de direito público, bem como porque a autoridade competente para apreciá-lo é o presidente do respectivo tribunal.⁸ Se recurso o fosse, a suspensão teria o condão de reverter a decisão atacada, o que não é o caso. Em tese, a decisão permanece válida, de modo que o que ocorre é apenas a suspensão dos seus feitos, em função do risco à saúde, segurança, economia ou segurança pública.

Há entendimento no Superior Tribunal de Justiça,⁹ no sentido de que o juízo exercido no julgamento do pedido de suspensão possui feição política, inviabilizando o recurso especial. Dita posição é sustentada também na doutrina, como defende Ellen Gracie Northfleet.¹⁰ Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal entende não caber recurso extraordinário contras as decisões eventualmente proferidas no pedido de suspensão.

Não parece, entretanto, que o pedido de suspensão deva ser encarado como atividade administrativa do Presidente do Tribunal, o qual não exerce, em seu exame, juízo político. Aliás, é de se lembrar de que se atividade administrativa o fosse, o Presidente do Tribunal poderia agir de ofício, sem necessidade de requerimento da pessoa jurídica de direito público.¹¹

Mais razoável é, desse modo, o entendimento de que a natureza do pedido de suspensão não é de atividade político-administrativa, mas sim nitidamente judicial, em cujo âmbito é analisada a violação a interesses públicos relevantes. A vedação da utilização dos recursos excepcionais

⁷ ASSIS. *Manual dos recursos*, p. 905.

⁸ MOUTA ARAÚJO. *Mandado de segurança*, p. 150.

⁹ RESP nº 786.480/RJ, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.11.2005. *DJU*, 05. dez. 2005.

¹⁰ NORTHFLEET. Suspensão de sentença e de liminar. *Revista de Processo*, p. 184.

¹¹ BRANDÃO. A suspensão das medidas de urgência nas ações contra o poder público à luz do devido processo legal. *Revista Dialética de Direito Processual*, p. 31.

não decorre, assim, da natureza jurídico-administrativa, mas da impossibilidade de rediscussão do contexto fático contido na demanda.¹²

Pode-se dizer, nesses termos, que o pedido de suspensão, detentor de natureza judicial, revela-se como incidente processual, com fins de contracautela, visando à sustação dos efeitos de decisões lesivas ao interesse público. Não é, portanto, seguindo a linha bem sustentada por Marcelo Abelha Rodrigues, ação e nem recurso, figurando como típico instituto representante dos incidentes processuais, que se manifesta por intermédio de uma questão incidente, por sua vez provocada por uma defesa impeditiva arguida por parte da Fazenda Pública.¹³

4 Legitimidade e competência

De acordo com o que já foi realçado linhas atrás, na sua criação, a legitimidade ativa da suspensão era atribuída apenas às pessoas jurídicas componentes da Fazenda Pública, quais fossem, a União, os Estados, o Distrito Federal, as autarquias e as fundações públicas.

Com as Leis n^{os} 8.038/90 e 8.437/92, estendeu-se a legitimidade ativa ao Ministério Público. Questiona-se, no entanto, se o Ministério Público teria legitimidade restrita aos casos indicados por estas duas leis, ou se poderia se interpretar sua legitimidade de modo ampliado para as demais situações, como no caso de ações civis públicas ou *habeas data*. Prevalece, na doutrina, o entendimento, bem defendido por Cássio Scarpinella Bueno, de que o Ministério Público é legítimo para pleitear a suspensão em todos os procedimentos nos quais for cabível.¹⁴

Há entendimento ampliativo na doutrina e na jurisprudência, inclusive, no sentido de que todo aquele que possa ser réu no mandado de segurança, venha a ser detentor de legitimidade para pedir a suspensão da liminar ou da execução, de modo a abranger, por exemplo, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias de serviço público, dentre outros.¹⁵

¹² DIDIER JR.; CUNHA. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*, p. 463.

¹³ RODRIGUES. *Suspensão de segurança*, p. 95.

¹⁴ BUENO. *Mandado de segurança*, p. 183.

¹⁵ Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu na SS n^o 2702 AgR-MG, Plenário, Rel. Min. Ellen Gracie, julg. 07.02.2007, reconhecendo legitimidade à Assembleia Legislativa. Já o Superior Tribunal de Justiça possui precedente reconhecendo legitimidade a entidade de previdência privada complementar, nos autos do AgRg na SLS n^o 222-DF, Corte Especial, Rel. Min. Edson Vidigal, julg. 20.03.2006.

Cumprе ressaltar, ainda, que não se exige, na aferição da legitimidade para o pedido de suspensão, que o requerente esteja a figurar como parte na demanda em que se deu a decisão lesiva. Basta a demonstração da suposta lesão à ordem, economia, saúde ou segurança, na condição de terceiro prejudicado, para que se reconheça a possibilidade de uso do pedido de suspensão. Assim, em eventual demanda que a União não figure como parte ré, numa demanda cautelar, por exemplo, e sim uma autarquia federal, caso venha a identificar algum tipo de lesão que venha a lhe afetar, no deferimento de uma liminar, terá plena legitimidade para, junto ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal, buscar a suspensão daquela decisão.

No tocante à competência, em regra, quem aprecia o pedido de suspensão é o Presidente do Tribunal que teria competência para julgar o recurso contra a decisão a ser atacada. Tal competência para julgar o pedido de suspensão é de natureza funcional. Se é funcional, revela-se de caráter absoluto, de modo que não comporta derrogação ou prorrogação por vontade das partes.

Desse modo, quando a decisão contra a qual se insurge foi proferida por juiz estadual, cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do referido Estado analisar o pedido de suspensão. Se a decisão tiver sido dada por juiz federal, dita atribuição pertence ao Presidente do Tribunal Regional Federal da respectiva região. Há que se atentar, por outro lado, que na eventual hipótese de o juiz estadual atuar investido de competência federal, em cumprimento ao mandamento do art. 109, §3º, da Constituição Federal de 1988, o pedido de suspensão não será dirigido ao Presidente do TJ, mas sim do TRF, a exemplo do que ocorre com os recursos.

Quando a decisão liminar ou antecipatória vier a ser deferida, de modo originário e colegiado, por um Tribunal de Justiça ou por um Tribunal Regional Federal, caberá ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a depender do caso ser de natureza infraconstitucional ou constitucional.

É de se ressaltar, no entanto, que se a decisão, em um tribunal inferior, houver sido monocrática, e dessa decisão couber agravo interno/regimental, o pedido de suspensão não poderá ser dirigido ao tribunal superior, mas sim ao Presidente do Tribunal a qual pertence

o Relator.¹⁶ De todo modo, como desde as inovações trazidas pela Lei nº 11.187/2005, não cabe mais agravo interno/regimental contra a decisão concessiva de efeito suspensivo em agravo de instrumento, caso esta seja a decisão lesiva, o pedido de suspensão deve ser diretamente dirigido ao Presidente do STF ou STJ.

Dúvidas restam sempre quando se vislumbra a hipótese de a questão dizer respeito à matéria constitucional e infraconstitucional, ao mesmo tempo. Cássio Scarpinella Bueno defende que, numa situação dessas, conveniente seria aplicar por analogia o art. 543, dirigindo-se o pedido ao STJ. Caso lá se entendesse que a matéria era constitucional, remeter-se-ia ao STF, que poderia devolver se não concordasse.¹⁷

Diferentemente, pensam Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha. Para eles, havendo matéria constitucional, a competência será sempre do Presidente do STF, mesmo que venha cumulada ou imbricada com outra matéria de índole infraconstitucional, já que aquela acabaria absorvendo esta.¹⁸

Parece ser a posição sustentada por Cássio Scarpinella Bueno mais coerente. Pense-se no entendimento das Cortes Superiores acerca da utilização dos recursos excepcionais quando a decisão recorrida versar questão constitucional e infraconstitucional. Por acaso há entendimento de que a interposição do recurso extraordinário supre a ausência do recurso especial? A resposta é negativa. Do contrário, cada vez mais se verifica o filtro no recebimento dos recursos extraordinários, quando se identifica que a questão constitucional discutida seria ventilada apenas de modo reflexo. Assim, situação mais lógica é se dirigir o pedido ao STJ, o qual teria a possibilidade de enviar ao STF tão somente se concluísse que a questão seria de cunho estritamente constitucional.

5 Requisitos para a utilização do instituto

Alguns requisitos devem ser apontados para que se utilize, quer pelo poder público, quer pelo Ministério Público, o pedido de suspensão de liminar, tutela antecipada ou de segurança. Em primeiro lugar,

¹⁶ RODRIGUES. *Suspensão de segurança*, p. 113.

¹⁷ BUENO. *Mandado de segurança*, p. 194.

¹⁸ DIDIER JR.; CUNHA. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*, p. 467.

afigura-se indispensável o requerimento. Não se defere suspensão de ofício sem que o interessado a pleiteie. Prevalece, em relação a esse incidente processual, o princípio dispositivo, de sorte que o Presidente do Tribunal, por mais lesivo que seja o ato, somente pode agir mediante provocação.

Dado o caráter acessório de tal incidente, revela-se indispensável que exista um procedimento principal em andamento, de modo que se não mais existir o procedimento principal, perde a razão de ser a suspensão.

Importante também ressaltar que é necessário que o processo principal esteja em sua fase de conhecimento, já que a suspensão não se utiliza para evitar a eficácia de decisões definitivas, transitadas em julgado, mas sim para atacar decisões que ainda comportem reforma ou anulação.

Não se pode, ademais, buscar, por meio da suspensão, o que se convencionou chamar de efeito suspensivo ativo, isto é, não pode o requerente pretender, pela via da suspensão, o que se indeferiu em seu desfavor no primeiro grau. Esse efeito suspensivo ativo é possível de se obter pela via recursal, como ocorre no agravo de instrumento, mas não pela via do pedido de suspensão, que como o próprio nome denota, demanda suspender a eficácia de uma decisão lesiva.

Não há como se ignorar também que constitui requisito do pedido de suspensão a demonstração do manifesto interesse público, isto é, da grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas. Neste aspecto, como bem lembram Rodrigo Klippel e Antonio Adonias Bastos, difícil tarefa é atribuída ao Presidente do Tribunal, qual seja, que interesse privilegiar, o do particular, que foi considerado plausível pelo magistrado prolator da decisão que se quer suspender, ou o do Poder Público?¹⁹

Inegavelmente, falar em grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia pública significa falar em conceitos jurídicos indeterminados. Não há como se objetivar ou precisar a extensão e o alcance dessas expressões, para indicar quando e em que caso o Presidente irá ou não suspender uma dada decisão.

¹⁹ KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1061.

Evidente que não pode haver uma banalização do Instituto, de modo que, por se tratar de conceitos jurídicos indeterminados, estaria a Fazenda autorizada a formular pedido de suspensão de toda e qualquer liminar, tutela antecipada ou sentença concessiva de segurança que lhe fosse desfavorável. Do contrário, deve haver ponderação no uso e, acima de tudo, a demonstração concreta de que há verdadeiramente interesse público sendo lesionado. Não se pode peticionar com base em expectativas, em suposições, mas sim com fulcro em situações concretas, que mostrem como e por que a lesão se afigura grave.

A interpretação, nesse caso, caberá ao Presidente do respectivo tribunal, no caso concreto, em identificar, até mesmo em respeito ao princípio da proporcionalidade, que interesse privilegiar, a fim de deferir ou não o pedido de suspensão.

6 A discutível possibilidade de utilização concomitante da suspensão e do agravo

Se o pedido de suspensão de liminar ou de tutela não é possuidor de natureza recursal, muito se debate acerca da possibilidade de utilização concomitante do recurso de agravo e do pedido de suspensão, já que, *a priori*, não se violaria o princípio da unicidade recursal. Poder-se-ia imaginar que a utilização de ambas as ferramentas, pela Fazenda Pública ou pelo Ministério Público representaria uma quebra da isonomia processual, razão pela qual muitos magistrados, e até mesmo tribunais, defendem o estabelecimento de restrições ao uso concomitante.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, por exemplo, possui entendimento, absolutamente *contra legem*, fixado por sua composição plenária, em sessão de 21 de agosto de 2002, que as decisões do Relator, da Turma ou do Pleno, por serem judiciais, devem sempre prevalecer sobre as decisões do Presidente em Suspensão de Segurança, que são de natureza administrativa ou política.

Ocorre que o próprio art. 4º, §6º, da Lei nº 8.437/92 indica que a interposição do agravo de instrumento contra decisão liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica e nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão. Idêntica previsão está contida no art. 15, §3º, da Lei nº 12.016/2009, que cuida do mandado de segurança.

Os institutos são nitidamente distintos, e não apenas pelo fato de a suspensão não ter natureza recursal. O agravo tem por objeto a modificação da decisão interlocutória, em razão de um *error in judicando* ou de um *error in procedendo*, ao passo em que o pedido de suspensão se destina a obter a sustação dos efeitos da decisão, sem reformá-la ou anulá-la, diante da grave lesão à ordem, economia, saúde ou segurança públicas.²⁰

Ademais, o agravo se submete a prazo para interposição, enquanto que não há prazo legal para a utilização do pedido de suspensão. O agravo é julgado, regra geral, de modo colegiado, e o órgão julgador fracionário, como seu relator, são escolhidos de modo aleatório e equitativo, por distribuição. Já o pedido de suspensão, como se sabe, demanda decisão monocrática, e a distribuição se dá sempre ao Presidente do Tribunal respectivo.

É de se compreender, pois, como plenamente possível que o Poder Público, de modo simultâneo, interponha agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que defira liminar ou antecipação de tutela e que, por fundamentos diversos, apresente ao Presidente do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal o pedido de suspensão.²¹

Por igual, não há que se falar em prejuízo ao agravo de instrumento, na hipótese de vir a ser suspensa a decisão liminar ou antecipatória de tutela pelo Presidente do Tribunal. Não perde o agravo de instrumento o objeto, porque o que se alcançou foi tão somente a cessação da eficácia da decisão, prejudicando — aí sim — o eventual pedido de efeito suspensivo no agravo. Não deve, para tanto, o Relator do Agravo de Instrumento, na hipótese de ter notícia da suspensão deferida, entender por prejudicado e negar seguimento ao recurso, mas sim deve dar a ele pleno seguimento, julgando, com seus pares, o mérito recursal.

Desse modo, as tentativas de restrição ao uso concomitante do agravo de instrumento e do pedido de suspensão devem se dar pela esfera estritamente legal, já que é da competência privativa da União legislar sobre processo, não cabendo aos magistrados ou aos tribunais restringir aquilo que não pretendeu o legislador. Pelo contrário, dada a recente edição da nova Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009),

²⁰ CUNHA. *A Fazenda Pública em juízo*, p. 404.

²¹ KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1070.

como já acima apontado, confirmou o legislador a intenção de facultar à Fazenda Pública e ao Ministério Público, quando for o caso, o uso dos dois instrumentos ao mesmo tempo, sem reservas.

Cumpre aos advogados públicos e aos membros do Ministério Público agirem com ponderação e proporcionalidade. Não se deve banalizar o instituto da suspensão. Se inexistem limitações legais ao uso concomitante com o agravo de instrumento, nem por isso deve se sugerir a utilização indiscriminada do pedido de suspensão, sob pena de se perder a credibilidade junto aos respectivos Presidentes dos Tribunais. É preciso que a via da suspensão seja opção excepcional, a fim de que os responsáveis por deferi-la saibam que, ao se depararem com o pedido, estão verdadeiramente diante de algo que a Fazenda ou o Ministério Público reputam como lesivo ao interesse público.

7 Efeitos da decisão que defere a suspensão

Não há previsão legal acerca de maiores formalidades para o pedido de suspensão a ser elaborado pela Fazenda Pública ou pelo Ministério Público. Trata-se de simples petição, direcionada, como sabido, ao Presidente do respectivo tribunal competente para conhecer do eventual recurso, com a narrativa fática e a exposição dos fundamentos jurídicos que justifiquem a suspensão daquela liminar, tutela ou segurança.

Evidentemente que o profissional que a estiver por elaborar deve atentar que, acima de tudo, deve demonstrar com argumentos consistentes a ocorrência da grave lesão à ordem, à saúde, à economia ou à segurança pública. Ademais, apesar de não se exigir a formação de um instrumento, como ocorre com o agravo, é bom alvitre que se anexe cópia da decisão que se busca suspender e das principais peças processuais, como, por exemplo, a petição inicial da ação em tela.

Algumas atitudes são possíveis ao Presidente do Tribunal, em seu contato inicial com o pedido de suspensão. Pode ele determinar a emenda da petição, na hipótese de faltar, por exemplo, algum documento importante à análise. Pode indeferir, desde logo, o pedido, por não compreender presentes os requisitos. Pode mandar intimar o adversário, para se manifestar, e o Ministério Público, para emitir parecer, no prazo de setenta e duas horas. Pode, finalmente, caso já se convença dos

requisitos, conceder o pedido, suspendendo assim o cumprimento da decisão liminar ou antecipatória.

Na medida em que o julgamento da suspensão emitir provimento de sinal contrário à liminar ou à sentença, inibirá seus efeitos e desconstituirá os atos executivos eventualmente realizados, a teor do que aponta o art. 4º, §9º, da Lei nº 8.437/92. Assim, como bem aponta Araken de Assis, vigorará, a depender da situação, até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal, de modo que as partes ficam amarradas, até o indefinido final da causa principal, à resolução tomada quanto à suspensão.²²

Consagra-se, portanto, a ideia do efeito ultra-ativo da decisão tomada na suspensão de liminar ou tutela, de modo que a suspensão não será atingida sequer pela superveniência de sentença que confirme a liminar ou a tutela anteriormente concedida. Dito posicionamento não é pacífico na doutrina. Cássio Scarpinella Bueno, por exemplo, manifesta-se contrariamente a essa ultra-atividade, por entender que a sentença que eventualmente confirmar a liminar ou tutela deveria preponderar sobre a decisão monocrática do Presidente do respectivo Tribunal que houve por suspender a eficácia da decisão.²³

Ainda na vigência da Lei nº 4.348/64, que tratava do mandado de segurança, e já revogada pela Lei nº 12.016/2009, o Supremo Tribunal Federal, diante das divergências acerca do efeito ultra-ativo em relação a tal remédio constitucional, editou a Súmula nº 626, em que expressava que a suspensão da liminar em mandado de segurança, feita por Presidente de Tribunal Superior, salvo determinação em contrário, vigoraria até o trânsito em julgado da decisão definitiva da concessão da segurança, ou em havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar coincidissem, total ou parcialmente, com o da impetração.

Não obstante a Lei nº 12.016/2009 não tenha estabelecido, de modo expresso, a ideia da ultra-atividade da suspensão de segurança, como contido na Lei nº 8.437/92, é essa ainda a posição que prevalece no STF, de modo que dita interpretação extensiva desenvolvida pela

²² ASSIS. *Manual dos recursos*, p. 907.

²³ BUENO. *O poder público em juízo*, p. 77.

corte máxima do país afigura-se razoável, até mesmo como forma de preservar a hierarquia entre os órgãos jurisdicionais.

Há de se ressaltar, por fim, que há distinção em relação à extensão da ultra-atividade se a suspensão tiver sido deferida por Presidente de tribunal inferior ou por Presidente de Tribunal Superior. Caso determinada por presidente de tribunal inferior, seus efeitos persistirão mesmo na superveniência da sentença, mas não na superveniência de acórdão que confirme aquela liminar ou tutela. Por outro lado, se a suspensão se deu por ato do Presidente do STJ ou do STF, os efeitos vigorarão até mesmo na superveniência de acórdão, de modo que perdurem até o trânsito em julgado da decisão definitiva da concessão da segurança, ou em havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal.

8 O agravo interno/regimental como via recursal

Como se sabe, o agravo previsto nos regimentos internos dos tribunais, conhecido também como agravinho, é o sucedâneo para a falta de recurso próprio contra as decisões do relator.²⁴ E é essa a ferramenta a ser utilizada para se atacar as decisões que houverem por deferir os pedidos de suspensão.

Nos termos do que dispõem o art. 4º, §3º, da Lei nº 8.437/92, e o art. 15, *caput*, da Lei nº 12.016/2009, cabe agravo interno/regimental da decisão do Presidente do Tribunal nos pedidos de suspensão da liminar, tutela ou segurança.

Esse agravo tem prazo de cinco dias para sua interposição, conforme previsão dos dispositivos acima já indicados. A Lei nº 12.016/2009, aliás, resolveu questão acerca do prazo que intrigava os operadores do direito. Isto porque, ao passo em que a Lei nº 8.437/92 previa prazo de cinco dias, a Lei nº 4.348/64, que cuidava do mandado de segurança, previa prazo de dez dias, o que gerava a dúvida quanto ao prazo a ser aplicado, a depender da ação em análise. Com a nova lei do mandado de segurança, o prazo foi fixado em cinco dias, uniformizando-o em relação ao que já estava prescrito na Lei nº 8.437/92.

Devem atentar ainda em relação ao prazo os advogados públicos e os membros do Ministério Público, pois o prazo de cinco dias para

²⁴ ASSIS. *Manual dos recursos*, p. 908.

interposição do agravo, nesses casos, é tido como prazo específico fixado em lei, que não se submete à contagem em dobro estatuída pelo art. 188 do Código de Processo Civil.²⁵ Não são poucos os casos de agravos que deixam de ser conhecidos, por intempestividade, por absoluta falta de atenção quanto a esse aspecto.

Outro ponto interessante em relação ao agravo reside no seu cabimento contra a decisão que indefere o pedido de suspensão. Por muito tempo, acreditava-se que o cabimento restringia-se às situações em que a suspensão houvesse por ser deferida, de modo que restaria irrecorrível a decisão que indeferisse o pedido de suspensão. Havia inclusive Súmulas no STF (nº 506) e no STJ (nº 217), afirmando categoricamente que o agravo não caberia contra as decisões que indeferissem o pedido de suspensão.²⁶

Já de algum tempo, no entanto, as cortes superiores firmaram entendimento na linha de que cabe, da mesma forma, para a Fazenda ou para o Ministério Público, agravo interno contra a decisão que indeferiu o pedido de suspensão, até mesmo como forma de preservar a isonomia processual.²⁷

9 A possibilidade de renovação do pedido junto às instâncias superiores

Quando a liminar ou tutela é concedida por juiz de primeiro grau, como é cediço, o pedido de suspensão é direcionado ao Presidente do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal, a quem compete deferir ou indeferir o pleito.

Se a suspensão é deferida pelo Presidente do tribunal inferior, cabe à parte adversa, segundo exposto linhas atrás, interpor agravo interno/regimental, a fim de que o Plenário ou a Corte Especial possam, se for o caso, rever a decisão. Se a decisão for mantida no julgamento do agravo, não há a possibilidade de interposição de recurso extraordinário ou

²⁵ O STF consagrou esse entendimento no julgamento da SS nº 2.198 AgR-AgR/PE, Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, julg. 03.03.2004, *DJU*, 02 abr. 2004.

²⁶ Essas súmulas foram canceladas, respectivamente, na SS nº 1.945/AL e na SS nº 1.166/SP.

²⁷ A respeito, vide a SS nº 2222 AgR-ED0AgR/PE, Pleno, Rel. Min. Maurício Corrêa, julg. 13.11.2003, *DJU*, 12. mar. 2004, que modificou entendimento anterior contido na SS nº 275 AgR/PB, Pleno, Rel. Min. Néri da Silva, julg. 14.02.1990, *DJU*, 25 out. 1991.

especial, mantendo-se a suspensão até que haja o trânsito em julgado da decisão proferida na ação principal.

Quando a suspensão for indeferida, cabe agravo interno/regimental, pela Fazenda Pública ou pelo Ministério Público. Se o agravo for provido, dá-se a suspensão da liminar ou tutela, com a decisão sendo mantida até o trânsito em julgado do mérito na ação principal.

Muda-se o cenário, por outro lado, em duas outras situações, quais sejam, nas hipóteses de, em sendo concedida a suspensão, o agravo vir a ser provido pelo Tribunal, ou quando, sendo indeferida a suspensão, a decisão vier a ser mantida pelo respectivo tribunal, no julgamento do agravo.

Em ambas as hipóteses, não é dado à Fazenda Pública e nem ao Ministério Público o direito de utilizar recursos excepcionais ao STF ou ao STJ, razão pela qual se faculta a esses entes a renovação do pedido de suspensão, ao Presidente do STF ou ao Presidente do STJ, a depender do fundamento da decisão ser constitucional ou infraconstitucional. Tal garantia está estabelecida no art. 4º, §3º, da Lei nº 8.437/92.

Dita renovação é criticada por alguns, por se tratar, segundo tal linha de raciocínio, de recurso, já que repete pedido que foi negado, ao passo em que recursos para os tribunais superiores somente poderiam ser criados pela via de Emenda à Constituição, de modo a ferir o princípio da igualdade.²⁸

De todo modo, tal renovação somente é de ser admitida, no caso das suspensões de liminares ou tutelas antecipadas, regidas pela Lei nº 8.437/92, depois que houver o julgamento do agravo interno/regimental. Mesmo diante da rejeição do pedido de suspensão, a Fazenda ou o Ministério Público não podem formular diretamente o pedido ao tribunal superior, sob pena de rejeição imediata.

Não custa ressaltar, por fim, que em se tratando de suspensão de segurança, aplica-se regra distinta. Isto porque o art. 15, §1º da Lei nº 12.016/2009 indica que sendo indeferido o pedido de suspensão, cabe novo pedido de suspensão ao presidente do Tribunal competente para conhecer do eventual recurso especial ou extraordinário. Assim,

²⁸ BUENO. *Mandado de segurança*, p. 193.

nos procedimentos de mandado de segurança, não cabe a interposição de agravo interno/regimental contra a decisão que indeferir o pedido de suspensão, fazendo-se possível, assim, que o advogado público ou o membro do Ministério Público renovem diretamente o pedido ao respectivo tribunal superior.

10 Suspensão coletiva

Em nome da economia processual, a legislação permite a suspensão coletiva, isto é, a suspensão de várias decisões idênticas, a partir de um único pedido. Já assim previa o art. 4º, §8º da Lei nº 8.437/92, que as liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original. Idêntica previsão está expressa no art. 15, §5º da Lei nº 12.016/2009, que versa sobre o mandado de segurança.

Tal previsão, além do efeito prático de gerar economia processual, como acima dito, também elimina, segundo lembram Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha, uma das maiores mazelas do processo civil moderno, que é a divergência jurisprudencial, preservando a isonomia.²⁹

Nesses casos, o efeito multiplicador é preponderante para que a Fazenda Pública consiga gerar a suspensão coletiva. Muitas vezes, se analisado o caso isoladamente, poderia se afigurar difícil a demonstração da lesão ao interesse público. De outra sorte, quando se vislumbra uma situação aplicável a um universo de pessoas, restará mais evidente o risco, proporcionando maior segurança à decisão do Presidente do Tribunal.

Como bem lembram Rodrigo Klippel e Antonio Adonias Bastos, cuida-se de técnica de tutela coletiva, favorável ao Poder Público, que apresenta contornos semelhantes aos do direito americano e à ideia de representação adequada, quando se permite que uma demanda individual ganhe contornos coletivos.³⁰

Dessa forma, em resumo, a suspensão coletiva apresenta-se sob duas maneiras. A primeira e mais comum é a formulação de um único

²⁹ DIDIER JR; CUNHA. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*, p. 476.

³⁰ KLIPPEL; BASTOS. *Manual de processo civil*, p. 1068.

pedido, diante da existência de várias liminares ou tutelas idênticas que causem lesão ao interesse público, como no exemplo de vários candidatos alcançando liminares individuais que resultassem na anulação de questões de um concurso público. Por outro lado, a outra possibilidade reside no aditamento da petição inicial da suspensão, requerendo a expansão dos efeitos a decisões supervenientes à suspensão já concedida.

11 Questionamentos quanto à constitucionalidade e o perigo do uso político

Ainda que a primeira previsão acerca do pedido de suspensão remonte ao longínquo ano de 1936, até os dias atuais há questionamentos quanto à constitucionalidade do referido incidente.

Uma das mais ácidas visões acerca da suposta inconstitucionalidade da suspensão é apresentada por Hélio do Valle Pereira, que se revela intrigado com o fato de o Estado estabelecer um arcabouço normativo, conceder direitos e deferir mecanismos processuais de proteção para, em momento subsequente, permitir que sejam olvidadas as faculdades concedidas aos particulares. Segundo ele, não mais se justifica que o poder público utilize do procedimento, se existem soluções processuais que o tornaram obsoleto e dispensável.³¹

Argumenta-se, assim, entre alguns na doutrina, a inconstitucionalidade do pedido de suspensão, sob o argumento de que quebraria a isonomia processual. A insatisfação, demonstrada por esse entendimento tem fruto em alguns fatores, quais sejam: a) a inexistência de prazo para a utilização do incidente; b) a impossibilidade de aqueles que litigam contra a Fazenda Pública ou contra o Ministério Público dele se valerem; c) os requisitos para utilização, interpretados como conceitos jurídicos indeterminados; d) o fato de a decisão ser monocrática e sempre do Presidente do Tribunal respectivo.

Não parecem consistentes tais argumentos. Primeiramente porque o fato de não haver prazo decorre da própria natureza do incidente, colocado à disposição para situações extremas de lesão ao interesse público.

Adiante, não se pode imaginar quebra da isonomia processual pelo fato de ser prerrogativa colocada à disposição apenas da Fazenda

³¹ PEREIRA. *Manual da Fazenda Pública em juízo*, p. 315.

Pública e do Ministério Público, visto que compete a estes, e não aos particulares, a defesa do interesse público. Se se for pensar que toda e qualquer prerrogativa conferida a esses entes revela uma quebra da isonomia processual, ter-se-á que supor que os prazos e as citações pessoais, por exemplo, também o são.

Quanto aos requisitos para utilização, não obstante se reconheça que são verdadeiramente conceitos jurídicos indeterminados, não se pode ignorar que caberá ao Presidente do Tribunal, em seu prudente juízo de convencimento, ponderar em cada caso concreto se a situação representa ou não uma grave lesão à ordem, à saúde, à economia ou à segurança pública.

Finalmente, a decisão é monocrática e sempre do Presidente do Tribunal competente para o conhecimento do respectivo recurso porque o caráter de urgência da medida assim o impõe. Se o procedimento determinasse, como ocorre nos recursos, a distribuição a um relator sorteado e o julgamento por um órgão colegiado, o incidente ganharia ares recursais e perderia sua própria razão de ser.

Não há, portanto, que se falar em inconstitucionalidade da suspensão, não apenas pelas razões acima expostas, mas também tendo em conta que o Supremo Tribunal Federal, guardião máximo da Constituição, já se deparou com tal incidente em diversas previsões legislativas, e sempre ratificou a sua constitucionalidade, quer do ponto de vista formal, quer no plano material.

As críticas ao instituto também residem na possibilidade de interferências políticas em relação ao pedido de suspensão de liminar, tutela ou segurança. Argumenta-se, com certa razão, que há riscos de deferimento de pedidos desprovidos de qualquer fundamento, na hipótese de haver estreito relacionamento entre os Chefes do Executivo e do Judiciário, bem como, na situação invertida, de se indeferir pedidos que apresentem graves lesões, quando o relacionamento for distante ou quando o Judiciário pretender retaliar algum ato do Executivo.

Não há dúvidas de que, em verdade, esse risco de uso político do pedido de suspensão existe. No entanto, existe também no julgamento dos recursos, em maior extensão, logicamente, por se tratar de análise colegiada. Mas existe. Não se deve pretender abolir da ordem jurídica

um instituto de tamanha importância para que a consequência ou a aplicação possam ser objeto de manobra ou interferência política.

A história recente do país demonstra que o Judiciário cada vez menos se submete a esses fatores externos e às pressões eventualmente advindas do Executivo. O próprio Supremo Tribunal Federal, cuja composição se dá por escolha inicial do Chefe do Poder Executivo — levando em conta, por que não dizer, critérios até mesmo políticos —, tem dado mostras de que, em casos relevantes, ainda que se desagrade o Executivo, decide de acordo com a Constituição e o livre juízo de convencimento de seus Ministros.

Tornando a realçar o que antes já foi dito, o pedido de suspensão de liminar, tutela ou segurança se revela como incidente processual, com feição jurídica e não política, fundamentada na análise da preponderância do interesse público em detrimento de decisões que possam gerar a este lesões graves.

12 Conclusão

Previsto na legislação brasileira desde 1936, o pedido de suspensão de liminar, tutela ou segurança é, até hoje, objeto do estudo de muitos, e de larga utilização, notadamente pelos entes que compõem a Fazenda Pública.

Não obstante os questionamentos em relação à sua constitucionalidade ou mesmo aos riscos de interferência política, trata-se, como visto, de instituto com natureza de incidente processual, de caráter judicial e não administrativo, por meio do qual o Presidente do Tribunal competente, para conhecer do eventual recurso, pode suspender decisões liminares, antecipatórias de tutela ou a execução de sentença, sempre que identificar lesão à ordem, à economia, à saúde ou à segurança pública.

Revela-se inegável a importância prática de tal instrumento, posto à disposição exclusivamente da Fazenda Pública e do Ministério Público, para aquelas situações em que se impõe, em nome do interesse público, sustar a eficácia da decisão lesiva. Não se destina, como se esposou, a substituir o recurso ou a reformar a decisão, mas tão somente a suspender os efeitos da decisão que está por gerar a lesão apontada pelo requerente.

Apesar da possibilidade de utilização concomitante do pedido de suspensão e do eventual recurso cabível contra a decisão, é de se ponderar

que os advogados públicos e membros do Ministério Público ajam com moderação, a fim de que tais pedidos somente sejam formulados em situações verdadeiramente excepcionais, de modo a não comprometer a credibilidade da instituição e do próprio incidente processual.

Assim, é de se imaginar que, apesar de tantas críticas, o instrumento da suspensão de liminar, tutela ou segurança por muito ainda perdurará na ordem jurídica pátria, revelando-se ferramenta das mais relevantes a serem utilizadas na defesa do interesse público e, por que não dizer, da própria segurança jurídica.

Is the Suspension of the Preliminary Injunction a Political or a Legal Instrument?

Abstract: The present work has as purpose the institute of injunction suspension, injunctive relief suspension and security suspension, and the controversies arising from it. Develops a study from the historical context of its legal nature, legitimacy, requirements, powers, effects and other aspects pertaining to your procedure, proceeding including the analysis of the constitutionality and political risks of use of the instrument.

Key words: Suspension. Injunction. Injunctive relief. Security.

Referências

- ASSIS, Araken de. *Manual dos recursos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- BRANDÃO, Flávia Monteiro de Castro. A suspensão das medidas de urgência nas ações contra o poder público à luz do devido processo legal. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo, n. 4, 2003.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *Mandado de segurança*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BUENO, Cássio Scarpinella. *O poder público em juízo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *A Fazenda Pública em juízo*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2007.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2008.
- KLIPPEL, Rodrigo; BASTOS, Antonio Adonias. *Manual de processo civil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MOUTA ARAÚJO, José Henrique. *Mandado de segurança*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2010.

NORTHFLEET, Ellen Gracie. Suspensão de sentença e de liminar. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 97, 2000.

PEREIRA, Hélio do Valle. *Manual da Fazenda Pública em juízo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Suspensão de segurança*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutela de urgência*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.